



Mulheres em luta: 10 anos da Articulação Nacional das Pescadoras - ANP



“ Temos orgulho em dizer
que somos pescadoras! ”

Ser reconhecida pelo trabalho, ter mais espaço nas políticas públicas, garantir seus territórios de vida e ter autonomia para tomar decisões e liderar suas lutas são vertentes pelas quais as pescadoras buscam se empoderar. Esse movimento já vem acontecendo desde a década de 70, mas foi em 2005 que as pescadoras do Brasil, que já lutavam dentro do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, se mobilizaram e decidiram unificar suas forças. Surgia a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) como instrumento de luta, uma articulação que deu voz às mulheres do mundo da pesca e hoje pauta suas demandas junto ao governo, às suas comunidades e visibiliza suas questões para a sociedade. Atualmente, as principais questões abordadas na luta das pescadoras estão ligadas a um processo excludente vindo do Estado. Suas doenças ocupacionais não são reconhecidas e agora, com o decreto 8425, muitas podem ter o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários negados. Mas elas seguem na luta. A ANP vem crescendo e se mostra um movimento referência quando o assunto é a inserção das pautas das mulheres nas lutas populares. “Na luta e na pesca, mulheres construindo direitos!” é o grito das pescadoras e marisqueiras do Brasil a ecoar nas mentes pulsantes por dignidade, respeito e justiça.

Veja também:

O decreto 8425 e a ameaça a direitos conquistados especialmente para as mulheres.

Entrevista Especial - ANP



Entrevista com as integrantes da ANP, a pescadora de Itapissuma/PE, Eliene (Maninha), pescadora de Fortim/CE.

O grito das mulheres: a luta das pescadoras como forma de enfrentamento ao machismo na sociedade



A pescadora de Salinas da Margarida/BA, Elionice Sacramento, denuncia o processo excludente que compõe as políticas do Estado em relação às pescadoras.

Cultura Pesqueira



O Cultura Pesqueira traz o artesanato das pescadoras e marisqueiras da Paraíba e do Ceará.

Entrevista Especial

ANP: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil



Entrevista com Joana Mousinho e Maninha

Fundada em 2005, a Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil (ANP) representa uma parte do movimento de pescadores e pescadoras na qual as mulheres começam a inserir junto às questões de seus grupos pontos no âmbito do gênero. Indo de encontro à lógica patriarcal vigente na sociedade, as pescadoras do Brasil perceberam a necessidade em se organizarem coletivamente afim de garantir direitos que sempre lhes foram negados. Antes vistas só como "ajudantes" de seus maridos, as mulheres do mundo da pesca querem não só o reconhecimento como atoras importantes para a produção pesqueira nacional, mas também como agentes essenciais para a luta das comunidades pesqueiras. Trazemos entrevista com duas integrantes da ANP, a pescadora de Itapissuma/PE, Joana Mousinho, e Maria Eliene (Maninha), de Fortim/CE.

CPP: Como foi o início da luta das mulheres pescadoras no Brasil?

Joana: A organização para a luta começou em Itapissuma/PE, nos anos 70, com o apoio da Irma Maria Nilza. A irmã veio da Paraíba, e quando chegou por aqui, começou a reunir as mulheres para discutir o evangelho e questões de direitos e deveres. Depois de Itapissuma, a mobilização foi chegando em outras cidades com o apoio do CPP.

CPP: Em 2005 surgia a ANP, como foi o processo de fundação e quais as principais dificuldades encontradas?

Joana: A ANP surgiu quando o governo convidou pescadoras do Brasil a participarem de um Congresso em Brasília para fazer discussões sobre a realidade das mulheres da pesca. Fizemos diversas propostas e nenhuma saiu do papel, por isso, resolvemos fundar a ANP, para que nossas pautas se fortalecessem.

Maninha: Formamos a ANP pois nada do que falávamos era considerado. Sentimos dificuldades porque eram poucas mulheres, pois seus companheiros não as deixavam sair para passar vários dias fora, e muitas não conheciam seus direitos.

CPP: Quais mudanças para as mulheres podem ser exaltadas desde a fundação da ANP?

Joana: Desde a Irmã Nilza vemos um avanço muito grande. Antes, nem conseguíamos chegar numa colônia. Hoje, já somos presidentes delas. Antes, as mulheres não podiam se aposentar, tínhamos que esperar o marido morrer pra ter acesso à sua aposentadoria. Só em 1993 é que as mulheres casadas puderam ter esse direito. Não tínhamos direito ao salário maternidade, hoje já temos. Ao ver o número de mulheres cadastradas nas colônias e de mulheres aposentadas e a nossa união para defender os direitos, percebemos como são muitos os avanços. Com a ANP, conseguimos contato com o Ministério da Saúde, com quem debatemos nossas doenças ocupacionais. Ainda vemos pescadoras saindo para outros países para falar de nossas questões. A ANP ainda está inserida em outras articulações, o que dá uma visibilidade muito grande para nossa luta.

Maninha: Com a ANP, muitas agora saem para os encontros e possuem mais conhecimento. E hoje também não temos vergonha, temos orgulho em dizer que somos pescadoras e marisqueiras.

CPP: Como você percebe o papel das pescadoras na luta das comunidades pesqueiras atualmente? Qual o papel delas na luta em defesa do território tradicional pesqueiro?

Joana: Acho que na luta pelos territórios pesqueiros, as mulheres são mais atuantes. Vemos mais mulheres nas ocupações, nos manifestos. E isso porque nós que mais sofremos, nós é que estamos na beira da praia, enquanto os homens estão no mar.

Quando expulsam nossas comunidades, somos nós que estamos lá. Os homens também sofrem, mas a carga maior recai na gente.

CPP: Quais as principais questões pautadas pela ANP hoje?

Maninha: O reconhecimento das doenças ocupacionais; nossos direitos previdenciários; o acesso à terra e à água; a ampliação da ANP com mais pescadoras, a ampliação das políticas específicas para a mulher da pesca, a defesa do nosso território e a desburocratização do acesso ao RGP.

CPP: Cerca de 70% do pescado nacional vem da pesca artesanal, mas o governo desconsidera isso negando a importância das comunidades pesqueiras para o país. Sabemos que a questão é mais profunda quando falamos do trabalho das mulheres. Como as pescadoras se inserem na produção pesqueira e por que podemos considerar que esse processo de invisibilidade é ainda mais forte para vocês?

Joana: Acho que contribuimos mais que os pescadores, porque beneficiamos nossos produtos. Fazemos caldinhos e arte para vender, por exemplo. Sururu, marisco, aratu, e peixes surgem do nosso trabalho, muitos desses frutos os homens não pescam, só nós.

Maninha: Sem o nosso trabalho, a produção pesqueira não seria de 70%, nós MULHERES também colocamos o pescado na mesa do brasileiro. As mulheres são mais invisibilizadas porque só o homem leva a fama de pescador, isso porque o machismo que está na sociedade reflete no MPA que não nos considera.

CPP: A ANP é sem dúvida uma importante articulação para a luta das pescadoras e exemplo para a luta das mulheres de todo Brasil. Quais conquistas você espera para a ANP nos próximos anos?

Joana: Espero que a gente fortaleça o discurso da água, que se resolva o caso do RGP, que também é uma causa dos pescadores. Quando brigamos, brigamos pelos homens também. Que a gente consiga as assinaturas em defesa do nosso território pesqueiro.

Maninha: Esperamos ter mais visibilidade e empoderamento das pescadoras; queremos o reconhecimento das doenças ocupacionais pelo SUS e INSS; esperamos mais companheiras na luta e também fortalecer a base. Ainda: espero o sucesso da nossa Campanha pelo Território Pesqueiro.

Cultura Pesqueira Mulheres

As pescadoras e marisqueiras desempenham um papel importante para suas comunidades. Quando não estão nas águas trabalhando, estão fazendo o beneficiamento do pescado, o que gera renda e contribui com a sustentabilidade de suas famílias. Conheça o trabalho feito por pescadoras e marisqueiras do Ceará e da Paraíba:

Trabalho feito pelas pescadoras da comunidade da Vila da Volta - Grupo Volta com Arte - Ceará. Artesanato em palha da carnaúba, ponto cruz, labirinto e crouché.



Feito a partir das cascas dos mariscos, o artesanato da Associação das Marisqueiras de Acaú, na Paraíba, são objetos de decoração que carregam em si o modo de vida das comunidades pesqueiras.



Faça o evento de sua organização no Recanto do Pescador



Diária de R\$ 70,00 por participante
Auditório climatizado
Sala de reunião

Três refeições
Acesso wi-fi
Estacionamento



Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti,
4688. Rio Doce. Olinda/PE
recantodopescaador.wordpress.com
reservasrecanto@gmail.com

No Olho D'Água a Vida da Gente

Quando foi que a água deixou de ser boa?

Quando foi que deixou de ser irmã e casta como cantava Francisco?

Quando foi que rios, córregos, fontes, mares e oceanos começaram a mostrar sinais de doença e lixo, desequilíbrio, ameaças e morte?

Não há uma resposta única e fácil, mas toda explicação passa por um mesmo lugar: quando a água deixou de ser sistema vivente e bem comum para ser mercadoria e ferramenta de grandes projetos... a água deixou de ser benção para ser recurso. Dentro da lógica do sistema capitalista a água é um meio para fazer funcionar a economia, um recurso indispensável da vida cotidiana com valor econômico que pode gerar lucro. Mas para nós a água vive! A água como sistema vivente tem sua autonomia e suas leis, se comunica com todos os outros seres e estabelece seus momentos e fases num diálogo vital de fazer a vida acontecer. Desrespeitar esta autonomia é ameaçar todo o sistema de vida. A água como bem comum participa dos afazeres e necessidades dos

seres humanos – lava, irriga, cura, limpa, alimenta, benze, mata a sede – recebe impactos e sofre intervenção... mas mantém sua capacidade de auto-regeneração como fator fundamental da continuidade dos grupos humanos. Quando os sistemas de água já não podem se auto-regenerar toda a vida comum está em perigo e, saber lidar com isso é sabedoria fundamental de estar vivo. No passado diferentes culturas associavam divindades com as águas. Em muitas mitologias e nas religiões o tema da água é fundamental: tanto na forma de chuva, como também de mananciais e rios. Disputada por divindades e templos, a água - rio, chuva, orvalho, fonte, poço - recebe uma variedade de tratamentos rituais que atravessam desde os cultos oficiais dos Estados até a vida cotidiana das populações. Muitas das disputas das divindades das narrativas mitológicas descrevem a luta pelo controle dos processos ligados à água – na Bíblia Baal vai ser conhecido e cultuado como divindade que controla a chuva e as tempestades, e quer controlar também, substituir ou reprimir as divindades locais ligadas às nascentes de águas, rios e poços. Na Bíblia o Deus do povo pobre está nas nascentes e poços. Cada poço de água, cada manancial, cada chuva e cada orvalho vão ser motivo de celebrações, práticas e procedimentos com a finalidade básica de manter a vida do grupo, mas também assumindo os conteúdos de fertilidade, purificação e regeneração da vida e seus mecanismos produtivos e reprodutivos. Em especial as mulheres na Bíblia estão sempre presentes nas fontes e poços tanto na perspectiva do trabalho – de fazer chegar a água para os animais e a comunidade – como também na perspectiva religiosa: as mulheres fazem uma experiência de Deus na água cotidiana, na fonte e no poço. Enquanto os homens fazem experiências de montanha e fogo, as mulheres conhecem a Deus no poço e na fonte. Vários textos poderiam ser lembrados (por exemplo Êxodo 2 – Moisés encontra com mulheres no poço – e João 4 – Jesus encontra a Samaritana no poço) mas um dos textos mais significativos é o de Hagar – Gênesis 16, 1 a 6). Ela é escrava, ela africana, trabalhadora na família ampliada de Abraão e Sara. Ela engravida do patrão, conhece a ira da patroa e a nada nem ninguém a defende. Hagar foge com seu filho pequeno e vai para o deserto. Tudo está seco e a vida é impossível. Ela coloca a criança num canto pra esperar morrer. E então... Deus ouve o choro da criança! E esse choro co-move e revela Deus. Ali naquele lugar brota uma fonte de água.

Deus se mostra como água salvadora!

Água que mata a sede, cura a segura e afasta a morte. Deus é água. Deus é vida. Hagar vai declarar o nome de Deus na fonte de água: El Roi, que quer dizer, "Eu Vi Aquele que Me Vê". Não é o mesmo Deus conhecido por Abraão e Sara. É Deus da fonte, que se revela para a escrava e restaura a vida ameaçada. E assim vai ser que as mulheres vão conhecer a divindade do olho d'água e defender a vida das comunidades a partir das fontes. O simbolismo da água está presente ainda hoje na vivência do batismo dentro do cristianismo: levamos nossas crianças para ser abençoada pela Água. No candomblé, o banho ritual - de rio ou de ervas – é fundamental na iniciação da filha-de-santo. Nos dois casos a água participa de um processo de nova criação, de purificação e proteção. Yemanjá é a principal divindade feminina associada aos rios e suas desembocaduras, à fertilidade das mulheres, à maternidade e principalmente ao processo de criação do mundo e da continuidade da vida. Ela se associa ao plantio e colheita dos inhames e coleta dos peixes, donde seu nome Yemojá (Yeye Omo Ejá), Mãe dos filhos peixes, divindade regente da pesca e protetora de pescadores e pescadoras. Esta relação antiga e sagrada das mulheres com a água, as fontes e os rios, é fundamental para a luta de resistência em defesa dos rios, oceanos e das comunidades que vivem e convivem com estes sistemas. Na beira dos rios as religiões oferecem e recebem vida. Banhos de distintas formas participam do dia-a-dia de objetos, pessoas e produtos a serem consumidos além da presença frequente no tratamento de pequenas febres, intoxicações e nervos. Gelo. Água quente. Escalda-pés... Distintas formas de entrar de novo em contato com o potencial molhado de vida. E no trabalho, na lida da pesca, na agricultura e no trato com animais. Cada dia a mulher trabalhadora nega o sistema que quer vender e aprisionar as águas, e celebra a presença de Deus na água vivente e bem comum. No trabalho, na luta e na espiritualidade nós Vemos Aquele que nos Vê: bendita água!

Por Nancy Cardoso, pastora metodista, agente da CPT



Encontro da ANP no Paraná - agosto de

As pescadoras do Brasil passam por um forte momento de violação aos seus direitos. Se os pescadores são invisibilizados pelo Estado, as mulheres das comunidades pesqueiras são ainda mais devido o sistema machista e patriarcal vigente nas instituições de todas as instâncias. Com o decreto 8425, essa violência fica mais clara. Ao desconsiderar o modo de vida das comunidades tradicionais pesqueiras e negar a importância das mulheres pescadoras, o decreto fere o direito a auto identificação desses grupos tradicionais, e sem identidade, direitos são negados. A marisqueira e integrante da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Elionice Sacramento, de Salinas da Margarida/BA, denuncia essa violência pela qual estão passando e deixa claro que o grito das pescadoras continuará ecoando em forma de luta. Confira a seguir o texto de Elionice:*

A pesca é um termo de gênero feminino equilibrada porque existe a figura feminina que pensa e constrói o território a partir do olhar para seu próprio corpo. As atividades que compõem a cadeia produtiva da pesca constituem não só uma profissão que garante direitos trabalhistas e previdenciários aos pescadores e às pescadoras fruto, vale dizer, de um intenso processo de luta, mas elas também são uma modo próprio, ancestral de ser e se

O grito das mulheres: a luta das pescadoras como forma de enfrentamento ao machismo na sociedade

relacionar com a natureza, seus elementos, fenômenos e divindades.

De modo solidário e complementar, a atividade pesqueira se dá em regime de economia familiar e nas relações comunitárias, respeitando a nossa compreensão de família extensa, em que as atividades da cadeia produtiva são partilhadas entre os membros da família e da comunidade que se permitem ser direcionados por mares, luas, ventos... E se permitem também fazer da agricultura de subsistência, do artesanato e da coleta de frutos atividades complementares quando a produção, o tempo e o vento não são favoráveis. Elas ainda incorporam a importante figura da 'ganhadeira**', que geralmente é a matriarca da família, a qual é responsável por reunir os mariscos, moluscos e peixes do grupo familiar para vender, rompendo com a lógica do atravessador, visto que essa prática não se fundamenta na exploração dos que capturam ou beneficiam. Vale salientar que nós temos a habilidade do serviço de ganho como herança ancestral de alguns países da África e nosso povo, as mulheres, a aprimorou no Brasil no período da escravização como estratégia para comprar sua liberdade. **O direito sagrado ao trabalho ligado à afirmação de nossa identidade nos garante liberdade!**

As Leis, os decretos e as instruções normativas que nos são impostas atualmente pelo Estado brasileiro desconsideram o que achamos ou pensamos sobre a nossa identidade e sobre nossos direitos conquistados com resistência e sangue, ferem o princípio da consulta aos povos e comunidades tradicionais que somos, conforme determina leis nacionais e internacionais e revelam um Estado racista, violentador das mulheres pescadoras.

Esses instrumentos conservadores e institucionalmente racistas criam uma nova categoria para os pescadores e para as pescadoras que não capturam as espécies. Obrigam-nos a só pescar, e pescar de forma ininterrupta. Estão mergulhados no machismo e no patriarcado; na violência contra a mulher e contra os povos tradicionais; na ausência da compreensão sobre os elementos que determinam e pulsam a vida nos territórios tradicionais, sobre o significado dos grupos familiares e das relações comunitárias, também, na ausência da preocupação com os recursos pesqueiros e seu manejo; na violação de direitos, sobretudo, da consulta; na criminalização dos pescadores e das pescadoras; na falta de respeito com a natureza e seus fenômenos que determinam horários e tempos de pesca; na negação da importância da tradição e da cultura; na invisibilização das mulheres como profissionais da pesca, produtoras de alimentos que pulsam a economia dos país,

das comunidades e de suas famílias, em muitos casos sendo 'chefas' de família. Por essas e outras razões, a ANP se apropria de um conceito usado por literatas negras para dizer que esse debate, esse enfrentamento, essa luta que temos travado para não retrocedermos em nossos direitos nem deixar que neguem nossa identidade é uma questão uterina, um diálogo que deve ser feito primeiro com quem tem ou teve um útero, com o útero e pelo útero, também, com aqueles que compreendem a importância do útero, pois, veio dele. Entretanto, sem pensar a mulher só como sujeito reprodutivo, mas como sujeito de direito a quem foi imposta uma condição de objeto.

Pela memória e pelo sangue de cada mulher derramado seja no ciclo, no parto, na vida ou na morte, não permitiremos que sequestram nossa identidade, que decidam qual identidade vai nos ser imposta. Contra essa violência invocamos que as águas da mãe maré, dos rios, das lagoas e riachos se convertam em sangue de mulher se um cubo dos nossos direitos for tirado.

Que o grito das mulheres ecoe no Brasil e no mundo, que as lágrimas derramadas inunchem Brasília e nunca mais sejam construídas políticas contra nós.

Por Elionice Sacramento
marisqueira de Salinas da
Margarida/BA / ANP



Pescadoras e pescadores com direitos ameaçados

O decreto 8425 e o retrocesso para a categoria



O governo brasileiro está tirando direitos dos trabalhadores/as e um dos grupos mais prejudicados são os pescadores/as artesanais. As forças econômicas que controlam o Estado pressionaram o governo para usar a justificativa da crise para retirar direitos historicamente conquistados pelos setores sociais.

O decreto 8425, publicado em 01 de abril pela presidência da república, estabelece novas regras sobre a definição de pescador artesanal para que ele possa acessar o Registro Geral da Pesca (RGP), documento que garante acesso a políticas públicas e sociais, principalmente direitos trabalhistas e previdenciários. No entanto, ao tomar essa iniciativa desconsiderando o diálogo com as comunidades pesqueiras, o Estado nega o direito à identidade desses grupos tradicionais, privando muitos de seus integrantes a acessarem esses benefícios.

Com o decreto, só é considerado pescador artesanal quem faz a captura do pescado, excluindo a produção familiar tradicional, que inclui a maioria das mulheres das comunidades. Em nota divulgada, o MPP afirma que “com isso, se impede o trabalho, o direito à identidade das pescadoras artesanais que fazem o beneficiamento e a confecção dos apetrechos da pesca, retiram seus direitos e criam precedentes para a negação de direitos trabalhistas e previdenciários conquistados”.

Além disso, o decreto diz que só entra no conceito de pescador artesanal aquele que depende exclusivamente da pescaria. “Esse ponto desconsidera pescadores/as artesanais que exercem outras atividades tradicionais, como a agricultura e o artesanato, e que essas fazem parte de um modo de ser específico e que fortalecem a atividade da pesca”, esclarece a nota. Aumentando as restrições, o decreto 8425 também impede o acesso ao RGP àqueles que pescam para subsistência (consumo familiar, troca, escambo etc), desconsiderando que essa é também característica das comunidades tradicionais pesqueiras.

Se por um lado o decreto restringe mais o acesso ao RGP para as comunidades pesqueiras, principalmente para as mulheres, do outro, flexibiliza para empresários do mundo da pesca. Ele passa a considerar como pescador artesanal também aqueles com embarcações de arqueação bruta de até 20 AB (grandes embarcações), ou seja, muitos do empresariado. O MPP denuncia isso como um artifício para que os empresários da pesca deixem de pagar salários e encargos. “Estes empresários que mantêm atividades empresariais não registradas são, na maioria das vezes, os que mais praticam formas de trabalho precários e similares ao trabalho escravo”, denuncia o movimento.

Em carta aberta à sociedade, o MPP deixa claro o total descontentamento e repúdio em relação ao decreto 8425/2015. “Este decreto não condiz com a diversidade, peculiaridades e realidade da pesca artesanal no Brasil. Ele tenta homogeneizar os pescadores numa lógica urbana, interfere no direito de autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais e fere direitos garantidos em legislações trabalhistas nacionais e internacionais ao dividir em categorias os pescadores e as pescadoras do Brasil. Desta forma, esse decreto faz parte de uma engrenagem de Racismo institucional que objetiva invisibilizar e eliminar os pescadores e as pescadoras, pois esses são entraves para o desenvolvimentismo degradador, excludente e concentrador, pois vivem em relações íntimas com a natureza tão cobiçada pelo capital e que conta com a anuência do Estado”.

No dia 15 de junho, pescadores e pescadoras se manifestaram pelo Brasil contra o decreto 8425. O MPP, que puxou as manifestações, ocupou as superintendências do MPA e sedes do INSS de cerca de 10 estados do país. Nesse mesmo dia, foi lançada uma petição online contra o decreto 8425.

Pressão em Brasília

Nos dias 29 e 30 de junho, o MPP, a ANP, a CONFREM, a CNC, o CPP e a AATR estiveram reunidos em Brasília com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o INSS, a Previdência Social, Secretaria Geral da Presidência, Casa Civil, Ministério do Meio Ambiente, SEPIIR, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o ICMBIO e contou com a participação da 6ª Câmara do MPF para discutir o decreto 8425.

No dia 09 de julho, o MPP e parceiros tiveram mais uma audiência com a 6ª câmara também para discutir o decreto 8425. A luta segue e as pescadoras e os pescadores do Brasil continuam em luta.

Mesmo com alterações, o decreto permanece dividindo a categoria das pescadoras e dos pescadores artesanais; traz conceitos como o da exclusividade; invade a tradicionalidade das comunidades pesqueiras impondo que para acessar benefícios, tenham que pescar exclusivamente e de forma ininterrupta, estimulando o aumento do esforço de pesca e criminalizando as práticas de complementação de renda (como a agricultura de subsistência, o extrativismo, o artesanato tradicional etc) que são próprias das comunidades tradicionais.

Em 15 de julho, o decreto entrou em vigor mesmo sendo considerado equivocado pelos movimentos da pesca artesanal, por pesquisadores e por setores do próprio governo. Os pescadores e as pescadoras continuam em luta contra o retrocesso.



Aconteceu



Lançamento de Vento Forte pelo Brasil

No dia 23/02, Recife recebeu o lançamento de "Vento Forte". Cerca de 200 pessoas foram ao Cinema da Fundação Joaquim Nabuco assistir ao documentário idealizado pelo CPP e produzido pela Arte em Movimento com apoio de parceiros. Já no dia 06/05, o documentário chegou à capital baiana no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) / Pelourinho. 'Vento Forte' também já chegou no Ceará, e foi lançado no dia 04 de julho em Fortaleza. O próximo lançamento será no dia 24 de julho, em Porto Alegre.

O filme emocionou e chamou a atenção para a situação das comunidades pesqueiras do país. "Senti que o público saiu motivado com nossa causa. Foi um momento importante para nós pois mostrou à sociedade o processo de degradação tão escondido pelo governo", comentou a pescadora Martilene Lima na estreia do Recife.

Papa Francisco recebe cópia de Vento Forte

Durante o encontro preparatório para a publicação da Encíclica do Papa Francisco (maio/Roma), o Presidente da Comissão Episcopal Caridade Justiça e Paz, Dom Guilherme Werlang, entregou ao Papa Francisco uma cópia do filme 'Vento Forte'. O Papa mostrou interesse e curiosidade sobre o filme que representa um importante instrumento de luta e denúncia para os grupos tradicionais pesqueiros do Brasil.



Regionais do CPP recebem oficinas de Comunicação

Desde março o CPP vem promovendo oficinas de comunicação nos regionais da organização. O intuito é levar para os/as agentes de pastorais e para pescadoras/es o debate sobre o direito humano à comunicação e a reflexão sobre como a comunicação pode ser instrumento de fortalecimento da luta das comunidades pesqueiras.

Entre os dias 19 e 20 de março, a oficina esteve no regional Bahia, em Salvador. Já entre os dias 07 e 08 foi a vez de Pernambuco, Olinda, e entre 02 e 03 de maio dos mineiros, na cidade de Buritizeiro. Em junho, o Pará recebeu a oficina entre 19 e 20 realizada em Belém.



Encontro das Pastorais do Campo do NE

Entre os dias 25 e 26 de maio, em Olinda/PE, aconteceu o Encontro das Pastorais do Campo do Nordeste. O CPP, a CPT, o Cimi, a PJR, a Cáritas Brasileira e o



Serviço Pastoral dos Migrantes reuniram seus regionais de estados do Nordeste com o propósito de fortalecer as articulações locais e regionais no que diz respeito à ação missionária das Pastorais do Campo na difícil conjuntura, bem como refletir como apoiar às lutas das comunidades e dos povos tradicionais.

Curso de Formação sobre Pastoralidade e Metodologia

Entre os dias 19 e 22 de maio, agentes do CPP se reuniram em Olinda/PE para o curso de formação sobre pastoralidade e metodologia do trabalho de base.



A formação discutiu a missão das pastorais sociais com o biblista e teólogo, Sandro Gallazzi, além de refletir o papel dos agentes na educação popular junto aos pescadores e às pescadoras. O curso também contou com a participação de Mercia Alves, da equipe do instituto feminista SOS Corpo, que estimulou o grupo a pensar sobre a história do CPP e como refletir sobre a trajetória da pastoral é importante para a construção das ações populares atuais. O momento também discutiu a análise de conjuntura brasileira e refletiu sobre os planos de trabalho para a atuação do CPP.

Mobilizações pelo Brasil contra o decreto 8425

No dia 15 de junho, pescadores e pescadoras se manifestaram pelo Brasil contra o decreto 8425 da presidência da República. O Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), que puxou as manifestações, ocupou as superintendências do MPA e sedes do INSS de cerca de 10 estados do país por mais de 24 horas.

Nesse mesmo dia, foi lançada uma petição online contra o decreto 8425 no site avaaaz: **Gabinete da Presidência da República : Pelos direitos de pescadores e pescadoras: Dilma, revogue o decreto 8425!**

Pescadores e pescadoras na luta contra o decreto 8425

Manifestações pelo Brasil - 15 de junho de 2015



Seminário sobre Ordenamento Pesqueiro

Previsto para o segundo semestre de 2015, o Seminário de Ordenamento Pesqueiro irá discutir a gestão e ordenamento da pesca no Brasil na perspectiva de fortalecer o setor.

Mobilização das Comunidades Tradicionais

Puxada por vários grupos de povos e comunidades tradicionais de todo Brasil, a mobilização acontece de 04 a 07 de outubro em Brasília. O intuito é fortalecer a articulação entre as lutas dos povos e comunidades tradicionais nesse momento de ameaça aos direitos.

5º Seminário Nacional da Pesca Artesanal de Sustentabilidade Socioambiental

Entre os dias 14 e 16 de outubro, acontecerá no Recife/PE o 5º Seminário Nacional de Sustentabilidade Socioambiental. A temática desse ano envolve a questão de educação e governança e contará, dentre outras atividades, com apresentação de experiências nesse campo. O Seminário é uma Iniciativa da Fundação Joaquim Nabuco e tem apoio do CPP.